



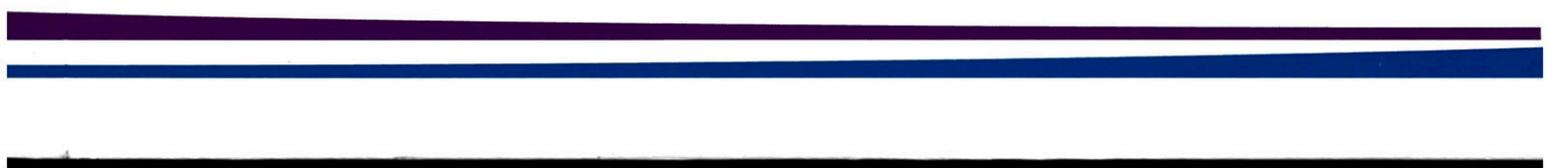
IPG Politécnico
|da|Guarda
Polytechnic
of Guarda

RELATÓRIO DE ESTÁGIO PROFISSIONAL II

Licenciatura em Farmácia

Joana Isabel Pereira dos Santos

junho | 2013





ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE
INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

RELATÓRIO DE ESTÁGIOPROFISSIONAL II

JOANA ISABEL PEREIRA DOS SANTOS

RELATÓRIO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE LICENCIADO EM FARMÁCIA

Junho/2013



**ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE
INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA**

RELATÓRIO DE ESTÁGIO PROFISSIONAL II

JOANA ISABEL PEREIRA DOS SANTOS

CURSO FARMÁCIA - 1º CICLO

4º ANO / 2º SEMESTRE

Relatório elaborado no âmbito do Estágio Profissional II, realizado na Farmácia Brito -
Braga

SUPERVISOR DE ESTÁGIO: Farmacêutica Substituta Dr.ª. Carolina Sousa

ORIENTADOR PEDAGÓGICO: Prof. Sandra Ventura

Junho 2013

SIGLAS

ANF – Associação Nacional de Farmácias

ARS – Administrações Regionais de Saúde

CNP – Código Nacional

DCI – Designação Comum Internacional

IMC – Índice de Massa Corporal

INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde I.P

IVA – Imposto de Valor Acrescentado

MNSRM – Medicamento Não Sujeito a Receita Médica

MSRM – Medicamento Sujeito a Receita Médica

PCHC – Produtos Cosméticos e Higiene Corporal

PVP – Preço de Venda ao Público

SIGREM - Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens e de Medicamentos

SNS – Serviço Nacional de Saúde

TDT – Técnico de Diagnóstico e Terapêutica

TF – Técnico de Farmácia

VALORMED – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos

AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer á Farmácia Brito, a qual me permitiu realizar o presente estágio nas suas instalações. Fornecendo-me assim a oportunidade de integrar a sua equipa de profissionais e junto dela retirar o máximo rendimento do meu estágio.

A todos os profissionais com quem partilhei os meus dias, muito obrigada por toda a sua disponibilidade em ensinarem e prontidão para ajudar.

Um sincero agradecimento á minha supervisora de estágio, Dr.^a Carolina por todo o seu apoio, disponibilidade e a sua prestável vontade de ensinar.

Tenho ainda a agradecer á minha orientadora pedagógica, professora da Escola Superior de Saúde, Sandra Ventura pelo seu acompanhamento durante o estágio.

Obrigado a todos com quem me cruzei, nesta que foi a última etapa precedente á aquele que será o nosso futuro profissional!

A todos o meu muito obrigado!

“Sábio é aquele que conhece os limites da própria ignorância.”

Sócrates

INDICE FIGURAS

Figura 1: Fachada da Farmácia.....	10
Figura 2: Balcão de atendimento.....	12
Figura 3: Expositores dos produtos de dermocosmética.....	13
Figura 4: Disposição dos produtos La Roche Posay®.....	14
Figura 5: Produtos Lierac®.....	14
Figura 6: Organização das estantes.....	15
Figura 7: Gabinete do utente.....	15
Figura 8 e Figura 8: Material dos testes bioquímicos.....	16
Figura 9: Contentor da VALORMED.....	43

INDICE TABELAS

Tabela 1: Classificação dos valores da pressão arterial.....	38
Tabela 2: Classificação dos valores da glicemia.....	40
Tabela 3: Classificação dos valores de colesterolémia.....	41

INDICE GERAL

1 - FARMÁCIA BRITO – BRAGA.....	10
1.1– LOCALIZAÇÃO.....	10
1.2 – ORGANIZAÇÃO.....	11
1.2.1 - Área de atendimento ao público	12
1.2.2 - Área de aprovisionamento/armazenamento	14
1.2.3 - Gabinete de atendimento ao utente	15
1.2.4 – Escritório	16
1.2.5 – Laboratório	16
1.3 – RECURSOS HUMANOS	17
2 – GESTÃO DO MEDICAMENTO	18
2.1 – SISTEMA INFORMÁTICO	18
2.2 – GESTÃO DE STOCKS.....	19
3 – APROVISIONAMENTO E ARMAZENAMENTO.....	21
3.1 – FORNECEDORES	21
3.2 - REALIZAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENCOMENDAS.....	22
3.3 – RECEÇÃO E VERIFICAÇÃO DE ENCOMENDAS	24
3.4 – ARMAZENAMENTO	25
3.5 – DEVOLUÇÕES	26
3.6 - CONTROLO DO PRAZO DE VALIDADE DOS MEDICAMENTOS	26
4 – DISPENSA DE MEDICAMENTOS	28
4.1 - MEDICAMENTOS SUJEITOS A RECEITA MÉDICA (MSRM)	29
4.1.1 – Análise da receita médica.....	30
4.2 - MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS A RECEITA MÉDICA (MNSRM).....	32
4.3 - MEDICAMENTOS ESTUPEFACIENTES E PSICOTRÓPICOS	33
5 – FATURAÇÃO E PROCESSAMENTO DE RECEITUÁRIO....	35
5.1 – CONFERÊNCIA DE RECEITUÁRIO	35
5.2 - EMISSÃO DO VERBETE DE IDENTIFICAÇÃO DO LOTE	35
6 - FARMÁCIA CLÍNICA	37
6.1 – AVALIAÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL	37
6.2 - AVALIAÇÃO DA GLICEMIA.....	39
6.3 AVALIAÇÃO DA COLESTEROLÉMIA.....	40
7 - RECOLHA DE MEDICAMENTOS E EMBALAGENS	42
CONCLUSÃO	44

BIBLIOGRAFIA.....	46
ANEXOS	49

INTRODUÇÃO

A carreira de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica (TDT) reflete a diferenciação e qualificação profissionais subjacentes ao exercício das respetivas funções de cada profissão, devendo ser exercidas com plena responsabilidade profissional e autonomia técnica, evitando prejuízos a nível da intercomplementaridade ao nível das equipas em que se inserem (1).

Segundo o estatuto legal da carreira de TDT, estabelecido através do Decreto-Lei nº564) de 21 de dezembro, o conteúdo funcional do Técnico de Farmácia (TF) inclui desenvolvimento de atividades no circuito do medicamento, tais como análises e ensaios farmacológicos; interpretação da prescrição terapêutica e de fórmulas farmacêuticas, sua preparação, identificação e distribuição, controlo da conservação, distribuição e stocks de medicamentos e outros produtos, informação e aconselhamento sobre o uso do medicamento (1).

Assim, torna-se fundamental a realização de estágios ao longo do curso, permitindo aos futuros profissionais o contato com a realidade profissional ao integrá-los em equipas multidisciplinares de saúde com contacto direto ao utente/doente. Tornando possível adquirir e desenvolver competências em contexto real, aplicando os conhecimentos anteriormente adquiridos, tornando-se uma importante vertente na formação profissionais competentes.

O Estágio Profissional II insere-se no plano de estudos 4ºAno/2ºSemestre do Curso de Farmácia 1º Ciclo, tendo como orientador pedagógico a docente Sandra Ventura, e como supervisor no local de estágio a farmacêutica substituta Dr.ª Carolina Sousa. O Estágio Profissional é uma unidade curricular de carácter obrigatório e desenrolou-se nas instalações da Farmácia Brito em Braga, entre os dias 4 de março e 21 de junho, com o total de 500h. Estas horas foram distribuídas através de um horário ajustado com a realidade da instituição, de forma a serem cumpridas no seu total (2).

Esta componente curricular deve ser encarada como um estágio de integração à vida Profissional, visando a integração e completa autonomia do estagiário, o qual deverá conseguir demonstrar as diferentes competências profissionais do TF nas áreas específicas de atuação.

Após a conclusão deste estágio, devemos enquanto futuros TF ter adquirido as aptidões necessárias para enfrentar os desafios profissionais com inovação, criatividade, agilidade e ser capazes de atingir os objetivos que nos foram propostos:

-Desenvolver competências específicas e técnicas que lhe permitam a realização de atividades subjacentes à profissão do Técnico de Farmácia, no enquadramento das várias áreas de intervenção profissional;

- Aplicar os princípios éticos e deontológicos subjacentes à profissão;

- Identificar, desenvolver e avaliar planos de intervenção adequadamente integrados numa equipa multidisciplinar;

- Responder aos desafios profissionais com inovação, criatividade e flexibilidade.

A minha intervenção nas diversas áreas do circuito da farmácia comunitária, o respetivo procedimento de trabalho e as diversas atividades realizadas, irão ser expostas ao longo do presente relatório. Sendo ainda realizado no final um balanço desta última componente do plano curricular e do meu desempenho na mesma.

1 - FARMÁCIA BRITO – BRAGA

1.1– LOCALIZAÇÃO

A Farmácia Brito está instalada num edifício centenário (Figura 1), situando-se na Avenida da Liberdade em Braga, a principal avenida da mesma. O edifício possui vários pisos, nos quais se localizam as diversas divisões da farmácia.

Está localizada numa zona comercial pedonal, rodeada de consultórios médicos e várias clínicas médicas, permitindo aos diversos transeuntes um rápido acesso aos bens que necessitam. A sua localização influencia a população que frequenta os seus serviços, sendo bastante homogénea composta por residentes, comerciantes, utentes e turistas.

A sua localização nesta zona tem sofrido uma diminuição de afluência, uma vez que as zonas de estacionamento envolventes são agora sujeitas a pagamento, influenciando assim na escolha dos clientes.



Figura 1: Fachada da Farmácia

A farmácia está identificada pela cruz verde luminosa segundo o Decreto-lei n.º 307/2007, artigo 28º (3). Ainda segundo este Decreto-lei, as farmácias devem divulgar de forma visível algumas informações como o nome do diretor técnico, horário de funcionamento, escalas dos turnos das farmácias do município, os serviços que prestam e o respetivo preço, os descontos que praticam, entre outras.

O horário de funcionamento e o turno respetivo a cada dia encontra-se afixado na porta central, pela qual é feito o acesso dos utentes.

Recentemente foram realizadas diversas obras estruturais, com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço prestado, fornecer uma sensação de maior conforto ao cliente tornando-se assim mais apelativa.

1.2 – ORGANIZAÇÃO

A Farmácia Brito tem como objetivo primordial assegurar a prestação de um serviço de qualidade, permitindo uma assistência medicamentosa de forma racional, segura e de qualidade a todos os seus clientes. Possui as condições logísticas e as estruturas necessárias para um desempenho eficiente do serviço em todas as suas atividades. Sendo um local de prestação de cuidados de saúde, deve garantir a segurança, conservação e preparação dos medicamentos; assim como a acessibilidade, comodidade e privacidade dos utentes e dos respetivos profissionais.

Esta instituição tem como horário de funcionamento de segunda a sexta das 9h às 20h e aos sábados das 9h às 13h, realizando um turno de serviço de 15 em 15 dias, encontrando-se sempre duas farmácias de serviço permanente.

A sua fachada envidraça permite uma maior visibilidade e luminosidade do espaço, assim como da montra. Esta permite a elaboração de diversas exposições de produtos assim como de campanhas informativas, as quais devem ser enquadradas na época sazonal de forma criativa e apelativa para os utentes.

O espaço interior deve estar organizado segundo as necessidades dos profissionais e dos utentes, estando dividido em diferentes zonas. Sendo as áreas mínimas de acordo com Decreto-lei n.º 307/2007, artigo 29º (4):

- a) Sala de atendimento ao público;
- b) Armazém;
- c) Laboratório;
- d) Instalações sanitárias.

Como já foi referido anteriormente, o edifício possui vários pisos sendo no rés-do-chão a área de atendimento ao público, a área de aprovisionamento, gabinete de atendimento dos utentes e instalações sanitárias. Nos restantes pisos encontram-se o armazém, instalações sanitárias, zona de vestuário, laboratório e escritórios da direção técnica.

1.2.1 - Área de atendimento ao público

A área de atendimento ao público possui uma elevada importância uma vez que é onde se estabelece a interação inicial entre o utente/TF. É durante esta interação que segundo a solicitação do utente, o profissional deve dispensar, esclarecer, intervir na resolução de problemas e prestar apoio.

Além de um ambiente profissional, a farmácia deve dispor de um ambiente confortável e acolhedor, onde os utentes se sintam confiantes em expor as suas dúvidas e solicitar ajuda na resolução dos seus problemas.

Segundo o Artigo 32.º do Decreto-lei n.º 307/2007, os profissionais que desempenham funções de atendimento ao público nas farmácias estão devidamente identificados, utilizando um cartão possuindo o nome e o título profissional (5).

Esta área da farmácia está organizada de forma funcional e segundo as necessidades dos utentes, dispondo de todo o material necessário para o seu funcionamento.

Os postos de trabalho encontram-se dispostos num único balcão (Figura 2), estando organizados em três postos informáticos com o respetivo computador, impressora térmica, caixa registadora, leitor ótico e ainda dois terminais de multibanco. Por vezes os postos informáticos tornam-se insuficientes perante a aderência de clientes, pelo que os funcionários se devem adaptar de acordo com as necessidades.



Figura 2: Balcão de atendimento

No balcão encontram-se expostos alguns produtos, escolhidos de acordo com a sua rentabilidade e o enquadramento na época sazonal. Aqui encontra-se ainda à disposição dos utentes uma quantidade diversificada de material informativo.

É ainda no balcão, que estão organizados alguns medicamentos não sujeitos a receita médica (MNSRM) como laxantes, antitússicos, expetorantes e alguns produtos como testes de gravidez.

Na área de atendimento os utentes têm à sua disposição, equipamento necessário para tornar a sua espera mais confortável, podendo ainda recorrer à balança existente para determinar o peso corporal, altura, índice de massa corporal (IMC).

Para uma maior rentabilidade do estabelecimento, deve-se apostar numa exposição segundo a notoriedade e a própria rentabilidade dos produtos. Assim, é na área de atendimento que se encontram organizados em armários (Figura 3) e expositores os Produtos Cosméticos e de Higiene Corporal (PCHC), produtos de puericultura e alimentação infantil. Sendo por vezes utilizados expositores informativos das respetivas marcas para direcionar a atenção de quem os procura.



Figura 3: Expositores dos produtos de dermocosmética

Na área da alimentação infantil é possível encontrar nos expositores algumas farinhas, leites e papas de diversas marcas.

Relativamente aos expositores de puericultura, encontram-se expostos produtos como chupetas, biberões, soluções esterilizantes, entre outros.

A área da dermocosmética é sem dúvida aquela a que se atribui uma maior relevância, uma vez que se tratam de produtos de grande rentabilidade económica. Assim, encontram-se organizadas em armários (Figura 4 e 5), as gamas das diversas marcas existentes no mercado.



Figura 4: Disposição dos produtos La Roche Posay®



Figura 5: Produtos Lierac®

1.2.2 - Área de aprovisionamento/armazenamento

Sendo esta a área em que se procede ao armazenamento mas também onde se realizam todas as atividades que integram a área da gestão, é fundamental que o espaço esteja sempre organizado permitindo a sua funcionalidade.

Para permitir a realização de todas as atividades, quer as integradas na gestão mas também a receção e conferência de encomendas, encontra-se instalado um posto informático equipado com leitor ótico, fax, telefones, impressoras.

Ainda nesta área, procede-se à conferência e organização do receituário pelo organismo correspondente sendo ordenadas em local próprio até se efetuar o fecho dos lotes no final do mês.

O armazenamento é feito de forma a tornar os medicamentos e todos os restantes produtos farmacêuticos acessíveis, e de forma a que a sua procura seja fácil e rápida.

A organização é feita em sistema de gavetas segundo a forma farmacêutica e por ordem alfabética da DCI (Figura 6).

Os dispositivos médicos destinados a diabéticos (lancetas e tiras), os MNSRM, produtos de uso veterinário, PCHC, alimentação infantil, encontram-se separados e organizados em prateleiras (também por ordem alfabética e forma farmacêutica da DCI).

Os medicamentos termolábeis necessitam de estar armazenados em frigoríficos para manter a temperatura correta para a sua conservação e estabilidade, existindo assim um frigorífico onde se encontram organizados estes produtos, os quais têm de estar

entre 2° e 8°C. Este apresenta um controlo automático da temperatura, o que permite verificar se mantem as condições adequadas de armazenamento.

Quanto aos psicotr3picos est3o armazenados num cofre, sendo de acesso restrito.



Figura 6: Organiza3o das estantes

1.2.3 - Gabinete de atendimento ao utente

A Farm3cia Brito disponibilizada aos seus utentes alguns servi3os gratuitos como determina3o de par3metros fisiol3gicos, entre eles avalia3o de glic3mia, colesterol3mia, medid3o dos valores da tens3o arterial e ainda aplica3o de injet3veis.



Figura 7: Gabinete do utente

Para a realiza3o destes existe um gabinete de apoio aos seus utentes (Figura 7), equipado com todo o material necess3rio para a desinfe3o e execu3o dos testes. Tal como algod3o, 3lcool, luvas esterilizadas, medidor da tens3o arterial, uma m3quina de medid3o dos n3veis de colesterol3mia total, um medidor dos n3veis de glic3mia, tiras reativas para determina3o de glicose e colesterol, e lancetas (Figura 8 e 9). Existe ainda uma cama articulada dispon3vel para a aplica3o dos injet3veis.

Para uma melhor informação e sensibilização do utente, encontram-se afixados documentos contendo os valores de referência dos parâmetros fisiológicos avaliados.



Figura 8 e Figura 9: Material dos testes bioquímicos

1.2.4 – Escritório

Nesta área procede-se ao arquivo de toda a documentação referente à gestão e contabilidade da farmácia. É ainda possível consultar o material bibliográfico disponível desde livros, enciclopédias, revistas científicas e ainda diversos catálogos.

Todos os assuntos administrativos e burocráticos são resolvidos nesta área de forma a impedir a interferência com o normal funcionamento da farmácia

1.2.5 – Laboratório

Sendo o laboratório, a área onde se procede à preparação de manipulados não estéreis deve estar em condições que garantam um nível de qualidade adequado.

Nesta área está armazenado todo o material e equipamento necessário para a preparação e acondicionamento dos manipulados.

Esta divisão é constituída por um uma bancada de superfície lavável, onde estão os aparelhos necessários como a balança. Existem ainda prateleiras onde estão acondicionadas as matérias - primas devidamente identificadas, o material de laboratório (almofariz, vidros de relógio, espátulas, gobelés e varetas) e ainda o arquivo dos boletins de análise das matérias-primas.

As matérias-primas possuem uma ficha de identificação onde consta a denominação, fornecedor, a origem da matéria-prima, o número da fatura, a data da

recepção, o lote, a validade, a quantidade recebida, e a folha carimbada com o carimbo da farmácia e rubrica do farmacêutico responsável pelo registo.

1.3 – RECURSOS HUMANOS

Para a existência de um serviço eficiente, é necessária uma equipa de profissionais dotados das aptidões necessárias. O atendimento é um dos aspetos mais relevantes na farmácia Brito, primando o respeito pelo utente e prestando a devida atenção às suas necessidades.

Para uma melhor comunicação e a confiança dos utentes na instituição, deve ser estabelecida uma relação de empatia entre utente/profissional de saúde. Para tal os profissionais devem demonstrar profissionalismo cativando os clientes pela sua simpatia e disponibilidade em resolver qualquer situação.

Para o bom funcionamento de qualquer instituição é essencial a cooperação e entejuda entre todos os profissionais que integram a equipa de trabalho, a aplicação das suas capacidades e conhecimentos.

Na Farmácia Brito, os recursos humanos são constituídos pelos seguintes elementos:

- Diretora técnica;
- farmacêutica substituta;
- três TF.

No entanto, segunda a minha percepção ao longo do estágio a farmácia necessita de mais elementos na sua equipa uma vez que o número atual não permite uma organização funcional das atividades e tarefas.

2 – GESTÃO DO MEDICAMENTO

O contexto socio/económico atual de crise, as consecutivas alterações do mercado e a legislação cada vez mais exigente, obrigou as empresas a reduzirem custos e suprimir desperdícios, assim como a otimizar os serviços e recursos humanos.

A gestão pode ser definida como o processo utilizado na obtenção de resultados, bens ou serviços, apoiado na existência de uma organização e nas quatro funções gestão: planeamento, organização, direção, controlo (6).

2.1 – SISTEMA INFORMÁTICO

O sistema informático é fundamental para uma gestão eficiente da farmácia, permitindo uma melhoria na qualidade da prestação de serviços aos clientes.

Durante o presente estágio, verificou-se uma fase de transição entre a substituição do (C) INFARMA pelo SIFARMA 2000.

As fases de transição tornam-se complicadas, uma vez que afetam o atendimento e a restante gestão da farmácia. Assim, é fundamental que os profissionais se empenhem na aprendizagem do novo sistema.

O SIFARMA 2000 é uma aplicação desenvolvida para a gestão diária de uma farmácia, nomeadamente para a entrada e saída de produtos, e de todas as tarefas realizadas na mesma.

O sistema informático de uma farmácia constitui uma ferramenta imprescindível para uma boa gestão e organização da maioria das operações realizadas numa farmácia. Permite diminuir a probabilidade de erro ao aumentar a segurança das operações, leva a rentabilização do tempo da realização de procedimentos, permitindo a dedicação dos profissionais a outras tarefas pendentes.

Com a utilização deste programa informático é possível realizar diversas tarefas desde o atendimento ao utente, à gestão de produtos. No atendimento, permite realizar vendas com ou sem receita médica, vendas suspensas e/ou a crédito, com atualização imediata dos stocks.

Na área da gestão permite a elaboração, transmissão para os fornecedores escolhidos e receção de encomendas; realização e regularização de devoluções, criação de fichas de fornecedores, emissão de notas de crédito.

É ainda possível efetuar um controlo dos prazos de validade, emissão de listas da evolução das vendas (ANEXO A) dos produtos permitindo realizar inventários.

Na área da faturação, procede-se ao fecho de lotes, emissão de verbetes e faturação para os diversos organismos.

Com este programa é ainda possível efetuar a pesquisa de medicamentos por Denominação Comum Internacional (DCI), nome comercial, grupo terapêutico ou código de barras nacional correspondente (CNP), facilitando o atendimento ao utente, diminuindo a margem de erro e permitindo a descoberta de possíveis alternativas.

Relativamente à gestão de utentes, pode optar-se pela criação de uma ficha de cada utente, onde constam os dados bibliográficos, situação atual do crédito concedido, permitindo a consulta da medicação habitual do utente.

Na gestão de produtos, pode criar-se uma ficha para cada produto existente no stock da farmácia, a qual contém os respetivos dados desde DCI, dosagem, forma farmacêutica, CNP, preço de venda ao público (PVP), stock entre outras informações.

Para uma maior eficácia na realização das atividades, é deveras importante a adaptação e familiarização do estágio ao sistema informático. Neste campo a adaptação foi dificultada pela transição entre os programas informáticos. Contudo após as sessões de formação, a exploração e a prática regular, foi-me possível adaptar ao sistema e realizar as atividades propostas contribuindo para a minha formação.

2.2 – GESTÃO DE STOCKS

A gestão é fundamental em qualquer atividade comercial, especialmente nas circunstâncias atuais. Assim, gerir uma farmácia é hoje um grande desafio tanto pela vertente comercial como pela componente ética associada.

Para o funcionamento eficaz de uma farmácia, é necessário um conjunto de procedimentos técnicos, administrativos e económicos que permita ter disponíveis no momento oportuno, os medicamentos necessários na quantidade desejável.

Assim, perante o panorama sócio/económico atual torna-se imprescindível a realização de uma gestão eficaz de stocks, a qual poderá evitar prejuízos económicos/assistenciais quer por excesso de stocks quer por defeito. Sendo necessário um equilíbrio entre o aprovisionamento que gere stocks mínimos e o que gere stocks máximos.

A gestão de stocks torna-se complexa devido à vasta diversidade de produtos que são comercializados no mercado farmacêutico, sendo agravada pelas épocas sazonais e respetivos produtos.

Para a prática de gestão eficaz não é suficiente gerir o stock mas também é necessário dimensioná-lo e adaptá-lo às necessidades reais dos utentes e do meio onde a farmácia se insere, sendo fundamental ter uma noção exata da procura de cada produto e dos prazos de aprovisionamento. Assim para facilitar a gestão, existem alguns fatores que devem ser tidos em atenção:

- Localização da farmácia;
- Incidência de receituário;
- Rotação dos produtos;
- Espaço disponível para armazenamento;
- Facilidade com que os distribuidores fazem a entrega;
- Disponibilidade financeira da farmácia e condições comerciais oferecidas;
- Campanhas publicitárias.

Torna-se assim crucial que cada farmácia tenha um stock ótimo, ou seja, um stock que lhe permita responder às necessidades dos utentes sem haver ruturas, permitindo uma rentabilidade financeira positiva, evitando gastos desnecessários.

A maioria dos produtos comercializados na farmácia, sejam medicamentos ou outros produtos de saúde, são muitas vezes alvos de campanhas de marketing, campanhas mediáticas ou prescrições médicas, pelo que é necessário ter em consideração o reforço de stocks em tempo útil e quantidades adequadas. A rutura de stock de um produto em campanha, é prejudicial para a farmácia e para o produto em causa.

É essencial gerir o aprovisionamento e o armazenamento de todos os produtos farmacêuticos, evitando ruturas de stock bem como acumulação de produtos, reduzindo a imobilização do capital e renovando facilmente os stocks com as novidades do mercado. Podendo desta forma contribuir para uma imagem mais positiva e atual da farmácia e qualidade dos serviços prestados.

3 - APROVISIONAMENTO E ARMAZENAMENTO

3.1 – FORNECEDORES

Existem à disposição das farmácias diversos fornecedores tornando a aquisição de produtos mais rápida e acessível.

As farmácias têm a autonomia de escolherem os seus fornecedores, realizando a sua escolha baseada em fatores que lhes sejam favoráveis, tais como a oferta de melhores condições de negociação (baixo custo dos produtos, descontos, bónus e facilidade em relação às datas - limite de pagamento), rapidez e facilidade na entrega, percentagem de erros nas entregas e seguimento das boas práticas de distribuição.

A Farmácia Brito trabalha essencialmente com quatro armazéns, o A. Sousa, Medicanorte, OCP Portugal e Alliance Healthcare, S.A.

No entanto, em algumas situações específicas como no caso de produtos esgotados a nível dos armazenistas, medicamentos sazonais não sujeitos a receita médica, produtos de dermocosmética, as encomendas são realizadas diretamente ao laboratório.

Neste tipo de encomendas, a farmácia seleciona os produtos necessários, normalmente em maior quantidade sujeitos a condições de pagamento e bonificações mais favoráveis. É no entanto necessário ter em atenção a aplicação de capital que é superior, um prazo de entrega maior, bem como o espaço necessário para armazenar os produtos e aos prazos de validade.

Quando a encomenda se trata de PCHC, o laboratório oferece sugestões e disponibiliza-se em alguns casos para a elaboração de lineares e da montra, o que é muito favorável para a farmácia, permitindo uma melhor rentabilização do espaço.

Os laboratórios oferecem ainda ações de formação sobre os produtos, as quais se tornam uma vantagem na informação e atualização do profissional de saúde a nível das novidades do mercado, garantindo um melhor atendimento e aconselhamento do cliente.

3.2 - REALIZAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENCOMENDAS

O processo de aprovisionamento está muito facilitado com a ajuda do sistema informático uma vez que através do stock mínimo e o stock máximo estabelecido na ficha de cada produto, ficam automaticamente indicadas as quantidades a encomendar.

Ao realizar uma venda, é necessário efetuar a leitura ótica do CNP de todos os produtos, sendo imediatamente eliminado do seu stock. No caso de o stock mínimo for ultrapassado, o produto é imediatamente introduzido na proposta de encomenda.

Visto que uma gestão eficaz dos stocks permite diminuir alguns gastos, torna-se importante que o intervalo entre o stock mínimo e máximo não seja demasiado longo, devendo aproximar-se tanto quanto possível dos consumos reais, ter em consideração os prazos de entrega e o fator sazonal do produto.

O programa assume a quantidade a encomendar de cada produto necessária para atingir o stock máximo, no entanto o profissional é o responsável por aprovar as propostas de encomenda devendo analisar e determinar as quantidades de acordo com a realidade comercial da farmácia.

O conhecimento mínimo dos hábitos e necessidades de consumo dos clientes, especialmente sobretudo dos habituais, permite estabelecer quais os produtos necessários e as respetivas quantidades adequadas. A cada vez mais habitual rutura de produtos nos stocks das farmácias, consiste um problema real para muitos e torna-se uma oportunidade para outros. A fidelização dos clientes é afetada por este problema, uma vez que não gostam de ter que voltar à farmácia uma segunda vez em busca do produto pretendido.

As quantidades necessárias a encomendar vão sendo alternadas, pois existem alturas em que não se torna necessário completar o stock. De acordo com a sua sazonalidade, os produtos sofrem decréscimos nas suas vendas devendo assim evitar-se a imobilização de capital.

Quanto à escolha do fornecedor, a Farmácia Brito opta por escolher aleatoriamente, variando mensalmente tendo em conta a oferta de bonificações comerciais.

O TF responsável pela realização das encomendas deve analisar a proposta de encomenda (ANEXO B), criada através das faltas dos produtos ao ser atingindo o seu stock mínimo, verificando as quantidades necessárias de cada produto de acordo com a

realidade da farmácia, e só posteriormente transmitir a encomenda ao fornecedor escolhido.

As encomendas realizadas na Farmácia Brito podem ser divididas essencialmente em três tipos:

1) Reposição de stocks de medicamentos – encomendas realizadas diariamente através do sistema informático, sendo baseadas nas faltas dos produtos por ser ultrapassado o nível mínimo;

B) Medicamentos urgentes – encomenda efetuada pelo telefone, permitindo a rápida aquisição de produtos que por alguma razão não existam no stock da farmácia;

C) Encomendas sazonais – alguns dos produtos farmacêuticos, especialmente os MNSRM e PCHC têm um fator sazonal que influencia a sua venda. Assim na farmácia as encomendas são elaboradas tendo como base as vendas do ano anterior. Estas encomendas são realizadas em grande parte diretamente aos laboratórios, tendo como objetivo vantagens comerciais.

Na Farmácia Brito existe uma grande capacidade de responder a pedidos de produtos em falta no stock da farmácia. Nestes casos, a situação é explicada ao utente e os produtos encomendados por telefone no momento. O fornecedor nestes casos é escolhido de acordo com a capacidade de entrega; o primeiro fornecedor contactado é o A. Sousa visto que este entrega os produtos em cerca de 15 minutos e aqui é pedido ao utente que aguarde; caso este armazém não disponha o produto necessário são contactados os restantes armazéns e em função da hora de entrega, podemos conseguir a entrega no próprio dia.

Mesmo quando os medicamentos se encontram esgotados nos laboratórios ou armazéns tenta-se sempre responder às necessidades do utente com rapidez e eficácia.

Nestas situações é extremamente importante ser perspicaz e procurar sempre uma solução para o problema de cada utente, permitindo o acesso dos utentes à sua medicação.

3.3 – RECEÇÃO E VERIFICAÇÃO DE ENCOMENDAS

A receção e a verificação das encomendas é uma das tarefas mais importantes, visto que permite a deteção de erros e minimizar os prejuízos a nível financeiro.

Nesta etapa verifica-se se os produtos enviados pelo fornecedor são correspondentes à encomenda realizada. Esta verificação deve ser feita de forma responsável e profissional, evitando falhas que contribuam para a existência de stocks errados, que levam a problemas de nível assistencial dos utentes.

As encomendas rececionadas na farmácia devem ser acompanhadas por uma guia de remessa ou fatura em duplicado (ANEXO C). Nestas constam alguns dados como o nº de fatura, a identificação do fornecedor, identificação da farmácia, identificação do produto (nome comercial, DCI, forma farmacêutica e dosagem) os códigos dos produtos, o número de unidades enviadas, o preço unitário dos produtos, o preço total e o IVA a que está sujeito cada um deles, bonificações e margem de comercialização, entre outros.

Após a entrega de qualquer encomenda esta deve ser introduzida no sistema informático adicionando os produtos e atualizando os stocks. Em todas as encomendas, deve ser dada prioridade aos produtos que necessitam de condições especiais de conservação como no caso dos produtos termolábeis.

Em todas as encomendas recebidas, faz-se a leitura ótica do código de barras de todos os produtos, e atualizam-se os prazos de validade na ficha do produto. Após ser dada entrada de todos os produtos, deve ser realizada a conferência através da respetiva guia de remessa/fatura.

Neste ponto é necessário especial atenção, devendo conferir-se se a quantidade, e o preço corresponde aos indicados na respetiva guia de remessa/fatura. Esta vem normalmente acompanhada por uma folha das faltas (ANEXO D), ou seja, com a descrição dos produtos encomendados que se encontram em falta.

É ainda importante verificar se o produto se encontra em boas condições (embalagem primária e secundária). Caso seja observado qualquer problema a nível dos parâmetros anteriores, deve ser efetuada uma devolução ao fornecedor.

A entrada de benzodiazepinas e psicotrópicos no sistema informático obriga ao registo do número da fatura correspondente. Nestes casos, a encomenda vem acompanhada de um boletim próprio (ANEXO E), sendo o duplicado assinado e carimbado e entregue ao fornecedor, enquanto o original fica arquivado na farmácia.

A guia de remessa/fatura informa as faltas, ou seja, os produtos pedidos que não foram enviados por alguma razão, sendo maioritariamente por estarem esgotados, sendo neste caso transferidos para outro fornecedor.

No final da conferência total da encomenda, procede-se ao arquivo das faturas segundo o fornecedor correspondente, e ainda à impressão das etiquetas que incluem o preço dos respetivos produtos.

No final de cada mês, os fornecedores enviam para a farmácia uma fatura resumo, na qual constam o número e data das faturas/guia de remessa desse mês, a qual deve ser conferida. Após a sua verificação são enviadas para a contabilidade, para se proceder ao pagamento mensal.

Apesar de não ser a primeira vez que realizei atividades nesta área, fui novamente alertada para os pontos mais cruciais e para a importância de uma correta receção e de todos os passos subjacentes, evitando erros que afetem a assistência aos utentes assim como prejuízos a nível económico.

Esta é sem dúvida uma tarefa com uma grande importância, tendo sido mais uma vez a área inicial por onde passei no estágio, permitindo-me contactar com as várias especialidades farmacêuticas e simultaneamente conhecer a vasta gama de produtos oferecida pela farmácia.

É portanto uma contribuição vantajosa para a familiarização do estagiário com os medicamentos e os diversos produtos de saúde, a sua localização, facilitando posteriormente a leitura e a interpretação das prescrições médicas, e consequentemente a dispensa.

3.4 – ARMAZENAMENTO

Após a conferência das encomendas, procede-se ao armazenamento dos medicamentos por ordem alfabética da DCI e conforme a sua especificidade, de acordo com as várias áreas de armazenamento.

De acordo com as Boas Práticas de Farmácia, no que respeita ao armazenamento, “As condições de iluminação, temperatura, humidade e ventilação das zonas de armazenamento devem respeitar as exigências específicas dos medicamentos, de outros produtos farmacêuticos, químicos, matérias-primas e materiais de embalagem” (7).

O armazenamento é efetuado de forma racional, para permitir maximizar a rentabilidade do serviço, garantir uma boa conservação e facilitar o acesso rápido.

Os produtos devem ser armazenados segundo a regra “first expire, first out”, de modo a que os produtos com prazos de validade mais curto sejam os primeiros a serem dispensados.

Os estupefacientes e psicotrópicos são armazenados numa zona diferente da dos restantes medicamentos, dificultando o acesso aos utentes. Por sua vez, os produtos termosensíveis encontram-se no frigorífico e os produtos de uso veterinário tem o seu local próprio, assim como os produtos do Protocolo da Diabetes.

3.5 – DEVOLUÇÕES

As devoluções de medicamentos e produtos de saúde são situações muito frequentes na farmácia e as razões subjacentes são várias.

Entre os casos observados e mais frequentes são a proximidade do final do prazo de validade, receção de produtos danificados, receção de produtos que não foram encomendados, produtos que não correspondem ao pedido (por exemplo troca da dosagem ou da quantidade), preço incorreto ou produtos retirados do mercado.

Para proceder à devolução, procede-se à emissão de uma nota de devolução onde constam a identificação do (s) produto (s) e respetiva quantidade, o motivo da devolução, data, carimbo e assinatura do TF responsável (ANEXO F). Este documento é impresso em triplicado, ficando uma cópia arquivada na farmácia, enquanto as duas restantes acompanham os produtos devolvidos ao fornecedor.

Nestas casos, as soluções possíveis para regularizar a situação são a troca do produto por outro igual, por outro produto de igual valor ou ainda emitir uma nota de crédito (ANEXO G) que permitirá, depois de conferida, regularizar a situação quando for efetuado o pagamento da fatura final.

Em alguns casos, os fornecedores não aceitam a devolução, devendo a farmácia assumir desta forma o prejuízo, regularizando as existências no stock.

3.6 - CONTROLO DO PRAZO DE VALIDADE DOS MEDICAMENTOS

O controlo rigoroso dos prazos de validade de todos os medicamentos é uma tarefa de extrema importância de forma a garantir a diminuição de prejuízos.

Simultaneamente à receção das encomendas procede-se à atualização dos prazos de validade na ficha de cada produto, e mensalmente através da emissão de uma lista onde constam todos os produtos com o fim do prazo de validade próximo.

Todos os produtos com aproximação do final do prazo de validade são recolhidos e um mês antes da data do fim da validade, são devolvidos aos fornecedores com a respetiva nota de devolução. Se esta for aceite pelo fornecedor, é recebida uma nota de crédito a qual permitirá fazer a regularização da situação.

Simultaneamente ao controlo do prazo de validade procede-se à verificação dos stocks, permitindo assim a sua correção e atualização.

4 - DISPENSA DE MEDICAMENTOS

Segundo o Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto do Estatuto do Medicamento, “Medicamento é toda a substância ou associação de substâncias apresentada como possuindo propriedades curativas ou preventivas de doenças em seres humanos ou dos seus sintomas ou que possa ser utilizada ou administrada no ser humano com vista a estabelecer um diagnóstico médico ou, exercendo uma ação farmacológica, imunológica ou metabólica, a restaurar, corrigir ou modificar funções fisiológicas”. (8)

A dispensa de medicamentos é uma das etapas de maior relevância no circuito do medicamento na farmácia comunitária. Trata-se de uma área de intervenção junto do doente, devendo o TF enquanto profissional de saúde, desempenhar um papel ativo e com extrema responsabilidade.

O TF enquanto profissional de saúde tem como dever fornecer uma correta informação sobre o uso adequado do medicamento, aconselhando o utente sobre a sua correta utilização, via de administração, posologia, efeitos terapêuticos secundários, eventuais interações e a conservação adequada do medicamento.

O contato inicial estabelecido entre o utente/TF e a uma comunicação eficaz é crucial, pois irá condicionar posteriormente a abertura do utente, levando-o a esclarecer as suas dúvidas e receios em relação aos seus problemas.

No entanto, a construção deste tipo de relação entre utente/TF demora algum tempo a ser estabelecida, e vai sendo construída ao longo do tempo através da proximidade e convivência. Uma vez estabelecida, é bastante útil pois permite a existência de um diálogo aberto, transmitindo segurança e inculcando ao doente o dever de adesão à terapêutica.

Ao longo do estágio vai-se tendo perceção da extrema importância desta área e da relevância de transmitir a informação necessária ao doente de forma a permitir a sua adesão à terapêutica. Sendo que a forma como partilhamos a informação deve ser adaptada de acordo com o perfil do utente.

4.1 - MEDICAMENTOS SUJEITOS A RECEITA MÉDICA (MSRM)

A primeira etapa na dispensa dos medicamentos é a interpretação e avaliação da prescrição presente na receita médica (ANEXO H). Assim, o TF tem como responsabilidade interpretar a prescrição, com base em aspetos terapêuticos, adequação ao indivíduo, contra - indicações e interações, aspetos legais, sociais e económicos.

Durante a interpretação, e sempre que se verifique a ausência de informação do medicamento prescrito, deve-se optar pela dispensa da dosagem mais baixa e a embalagem de menor capacidade.

Sempre que exista alguma dúvida quanto à prescrição em causa, o profissional deve questionar o utente quanto ao objetivo e duração do tratamento, tentando compreender a intenção do médico com a terapêutica em questão. Em caso de dúvidas deve mesmo contactar o médico prescritor de modo a esclarecer.

Quando dispensa os medicamentos, o TF tem a responsabilidade de fornecer a informação (oral e escrita) adequada e relevante sobre o tratamento, explicando a forma correta de utilizar o medicamento, de o armazenar, incentivando a adesão à terapêutica.

Na dispensa de MSRM comparticipados, faz-se a leitura do código de barras que identifica o medicamento. Caso seja uma venda com receita médica, introduz-se o código referente ao organismo participante. O sistema efetua automaticamente o valor final a ser pago pelo utente, além de atualizar o stock.

Após finalização da venda, são emitidos dois documentos fatura/recibo (destina-se ao utente) e documentação de faturação (que é anexa á receita). O documento da faturação apresenta:

- Organismo participante;
- Número de lotes e de receita;
- Nome comercial/genérico do medicamento dispensado, dose, forma farmacêutica e número de embalagens;
- Preço de Venda ao Público (PVP), preço de participação e preço a pagar pelo utente;
- Preço total da receita, sem participação e preço total pago pelo utente.

É ainda possível efetuar vendas suspensas para a aquisição de MSRM, sem a apresentação da receita médica. Nestes casos, o utente dispõe de um mês para apresentar a receita médica na farmácia, regularizando a sua situação.

A venda de MSRM pode ser realizada de diferentes formas:

- I) Com receita – o utente apresenta receita e efetua o pagamento;
- II) Suspensa – o utente não apresenta receita ou a receita fica suspensa na farmácia;
- III) Crédito – o utente possui ficha na farmácia e apenas efetua o pagamento posteriormente;
- IV) Suspensa a crédito – na situação II e III.

Na situação I) mediante apresentação da receita médica, o profissional de saúde dispensa o (s) medicamento (s) pedido (s) pelo utente. Após o registo da venda e de todos os passos subjacentes, obtém-se um talão o qual é assinado e carimbado (carimbo da farmácia); o utente efetua o pagamento no ato da compra.

A situação II) ocorre essencialmente por duas razões, o utente não possui receita no momento preciso ou apenas necessita de um dos medicamentos prescritos ou de apenas uma unidade (no caso de duas unidades prescritas de cada medicamento).

No primeiro caso, são fornecidos os medicamentos necessários ao utente e um talão provisório da venda suspensa, para que depois mediante a apresentação da receita médica possa ser efetuada a comparticipação, sendo o utente reembolsado na diferença entre o valor pago na totalidade e o valor da comparticipação regularizando assim a situação. No outro caso, após a venda são emitidos dois talões provisórios, sendo que um é arquivado junto com a receita que fica suspensa na farmácia e o outro é entregue ao utente para posterior apresentação.

No caso III, apenas se aplica a clientes da farmácia que já possuam ficha de cliente com um limite de crédito estipulado. Nestes casos, a dispensa de medicamentos é efetuada segundo os passos habituais, apenas não é realizado pagamento ficando portanto o valor em débito registado na ficha do cliente.

Em alguns casos é necessário efetuar simultaneamente a situação II e III, ficando tudo registado na ficha do cliente.

4.1.1 – Análise da receita médica

O TF, antes de dispensar qualquer medicamento numa receita, deve proceder à análise da mesma de forma a verificar se é legalmente válida e o seu correto preenchimento.

Para que uma receita médica seja válida tem de possuir preenchidos os seguintes campos na totalidade:

- Número da receita e sua representação em código de barras;
 - Local de prescrição e a vinheta, sempre que aplicável;
 - Identificação do médico prescriptor incluindo vinheta, com indicação do nome e especialidade, assim como a respetiva assinatura;
 - Nome e número do utente, incluindo as letras constantes no cartão de utente do SNS ou número de beneficiário;
 - Indicação da entidade financeira responsável e do regime especial de comparticipação, se aplicável;
 - Dosagem, forma farmacêutica, número de embalagens, dimensão destas e posologia;
 - Data de prescrição.
- Em cada receita só podem ser prescritos até quatro medicamentos distintos, com o limite máximo de quatro embalagens e:
- Até duas embalagens dos medicamentos que constam na tabela 1 e 2 anexas à *Portaria n.º 1471/2004, de 21 de Dezembro* (9).
 - Até quatro embalagens iguais se os medicamentos se encontrarem sob a forma de embalagem unitária.

A receita médica é válida no prazo de trinta dias úteis a contar da data da sua emissão, e para além destas de trinta dias, existe também um modelo de receita médica renovável, com a validade de seis meses, destinada a doentes que fazem tratamentos prolongados, entre outros. Esta receita é constituída por um original (1ª Via) e duas vias autocopiáveis (2ª Via e 3ª Via), seguindo as regras gerais das receitas normais.

Isto permite diminuir a sobrecarga do SNS, diminuindo o número de consultas médicas que visam apenas a prescrição, reduzindo os custos sociais.

Relativamente à prescrição médica as alterações mais recentes (10) e (11):

- os prescritores devem prescrever por DCI ou marca comercial para as substâncias ativas em que não existam medicamentos genéricos autorizados, ou justificando a sua escolha em caso de exceção;
- as farmácias devem ter pelo menos em stock os cinco genéricos mais baratos, informando os utentes das suas opções.
- terminam também as receitas renováveis manuais, existindo apenas renováveis eletrónicas.

4.2 - MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS A RECEITA MÉDICA (MNSRM)

Segundo a OMS, quase metade dos medicamentos consumidos no mundo é usada de modo incorreto, visto que a sociedade atual recorre cada vez mais à automedicação e simultaneamente há um crescimento “explosivo de MNSRM”. (12)

Os MNSRM destinam-se ao alívio, prevenção ou tratamento de síndromes menores, pelo que não precisam de prescrição médica para serem dispensados, estando indicados na resolução de problemas simples como gripes e constipações, alergias, queimaduras ligeiras, acidez gástrica, obstipação, dor de cabeça, entre outros.

A sociedade atual tem por hábito cada vez mais comum informar-se em relação aos seus problemas de saúde, pelo que quando se desloca à farmácia já tem uma ideia formada do que precisa, não pedindo assim o aconselhamento do profissional de saúde que dispensa o medicamento. É portanto a oportunidade que o TF tem para intervir, procurando junto do utente descobrir a finalidade de utilização daquele medicamento e ajudar na resolução do problema aconselhando sobre as melhores medidas farmacológicas / não farmacológicas.

Assim, antes de dispensar qualquer medicamento, deve ter conhecimento dos sintomas do doente e encaminha-lo para o médico sempre que achar necessário.

Enquanto responsável pela dispensa deste tipo de medicamentos, o TF deve ter em consideração:

- O perfil farmacológico do medicamento: a composição, posologia, possíveis interações e/ou contra indicações medicamentosas, a possibilidade de mascarar o diagnóstico de uma doença grave, as vantagens e desvantagens de certas formulações e o custo do medicamento (pois na maioria das vezes não são comparticipados);

- O perfil do utente: tendo em conta se o medicamento é para uso pediátrico, geriátrico, durante a gravidez ou aleitamento, bem como a existência de doenças crónicas, entre outros.

O TF deve assim assumir responsabilidade perante a dispensa de um MNSRM, pelo que deve garantir a correta informação do utente sobre o medicamento (posologia, modo e via de administração, efeitos adversos e duração do tratamento), não devendo persistir dúvidas relativamente ao seu uso, promovendo uma melhor adesão à terapêutica.

No entanto, antes de expor as medidas farmacológicas possíveis, deve informar primeiramente as alternativas não farmacológicas indicadas para o tratamento da patologia em questão.

Em caso de persistência ou agravamento dos sintomas, o utente deve ser encorajado a consultar o seu médico.

Os medicamentos não sujeitos a receita médica mais frequentes pedidos na Farmácia Brito são os anti-inflamatórios, antipiréticos, analgésicos, expetorantes, antitússicos, antiácidos, laxantes e complexos vitamínicos.

Com o início da presente estação, foi notável o aumento da procura de suplementos vitamínicos para ajuda no emagrecimento, essencialmente pelas mulheres. Nestes casos, é essencial o aconselhamento do profissional de saúde para evitar que este grupo específico cometa erros, que por vezes podem ser graves.

4.3 - MEDICAMENTOS ESTUPEFACIENTES E PSICOTRÓPICOS

Os medicamentos psicotrópicos e estupefacientes (psicofármacos) constituem um grupo de fármacos que, devido à sua ação no Sistema Nervoso Central, provocam alterações psíquicas e físicas, podendo causar dependência física, psíquica e fenómenos de tolerância quando utilizados de forma indiscriminada. Dada a sua natureza e de modo a evitar o seu uso indevido e/ou desvio para tráfico ilícito, estes fármacos estão sujeitos a legislação específica e rigorosa.

De forma a evitar o seu uso incorreto visto que este pode acarretar consequências graves, apenas podem ser adquiridos na farmácia através de uma receita médica especial.

Recentemente foram alterados alguns aspetos em reação à prescrição de estupefacientes e psicotrópicos, sendo que a receita característica amarela terminou. A prescrição é agora feita no mesmo modelo, não podendo ser prescritos outros medicamentos que não deste grupo na mesma receita.

Ao realizar a venda de psicotrópicos, após a leitura ótica do CNP o sistema informático exige o preenchimento obrigatório de uma série de dados relativos ao doente, adquirente e ao médico. Se o preenchimento dos dados pedidos não for o necessário, o sistema informático não permite a finalização da venda.

A receita é faturada na entidade correspondente, e um duplicado da mesma é arquivado na farmácia durante um período mínimo de três anos e o outro enviado ao INFARMED.

A farmácia envia ao INFARMED as listagens informáticas referentes ao balanço das entradas e saídas de estupefacientes e psicotrópicos, devidamente carimbadas e assinadas.

5 - FATURAÇÃO E PROCESSAMENTO DE RECEITUÁRIO

5.1 – CONFERÊNCIA DE RECEITUÁRIO

Ao longo do mês as receitas vão sendo organizadas pelo respetivo lote e organismo, ou seja, pela entidade de participação responsável.

Na Farmácia Brito a responsável pela correção das receitas é a farmacêutica, no entanto os restantes membros da equipa contribuem na sua organização por organismo e por lotes, e ainda por ordem numérica dentro de cada lote.

As receitas vão sendo corrigidas, visando a deteção de erros a nível da dispensa, participação e ainda a nível da prescrição.

Contudo a análise da receita é iniciada do ato da dispensa, podendo não ser prosseguido se for verificada por exemplo o limite da data ultrapassado ou falta da assinatura do médico.

A verificação do receituário é efetuada segundo todos os passos já anteriormente referidos, e os erros detetados são assinalados para serem justificados/corrigidos.

5.2 - EMISSÃO DO VERBETE DE IDENTIFICAÇÃO DO LOTE

Após a conferência todas as receitas são organizadas em lotes, sendo cada um constituído por 30 receitas. Quando os lotes ficam completos, são fechados imprimindo-se através do SIFARMA o verbete correspondente. Este é anexado às receitas e contém o resumo das respetivas 30 receitas.

Nesse verbete consta a seguinte informação:

- Identificação do organismo;
- Identificação da farmácia;
- Data;
- Número de lote;
- Número de receitas existentes no lote;
- PVP e valor total das participações.

Os lotes vão sendo armazenados até ao último dia do mês, sendo efetuado o fecho de lotes para cada organismo, através do SIFARMA. Para o efeito são emitidos dois documentos, o resumo mensal de lotes e a fatura mensal.

No resumo mensal de lotes consta a seguinte informação:

- Números de lotes do organismo, número de receitas e números de embalagens de medicamentos;
- PVP, valor total subsidiado em valor pago pelos utentes e valor total das participações.

Na fatura mensal está incluído:

- Número de lotes e receitas;
- PVP, valor total subsidiado em valor pago pelos utentes e valor das participações.

As receitas prescritas no âmbito do SNS devem ser remetidas mensalmente pelas farmácias ao Centro de Conferência do SNS, até ao dia 10 do mês seguinte identificadas através de:

- Verbetes de identificação de lote;
- Relação resumo de lotes;
- Fatura global em quatro exemplares:

No SNS enviam-se duas para o Centro de Conferência do SNS, uma para a Associação Nacional Farmácias (ANF) e uma para a contabilidade;

Nas outras entidades enviam-se três para a ANF e uma para a contabilidade.

As Administrações Regionais de Saúde (ARS) devolverão às farmácias dois duplicados da fatura global devidamente carimbados como comprovativos da receção.

6 - FARMÁCIA CLÍNICA

Além do seu papel na dispensa de medicamentos e outros produtos, a farmácia exerce ainda uma importante função na promoção de saúde, oferecendo serviços de saúde, e acompanhamento dos utentes e da comunidade em geral.

Assim, a farmácia envolve-se em atividades de saúde e prevenção da doença nas populações, visando uma maior eficácia e segurança dos medicamentos para uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

O TF enquanto profissional de saúde deve usufruir da sua posição junto do utente, consolidando-a através da confiança, do diálogo e aconselhamento, permitindo ao mesmo a assimilação da informação transmitida, assim como os conselhos prestados, aumentando conseqüentemente as taxas de adesão à terapêutica.

A farmácia é portanto um local privilegiado para trabalhar em função da melhoria da efetividade do tratamento, prevenindo possíveis complicações da patologia, evitando internamentos desnecessários que diminuam a qualidade de vida dos doentes e acarretem gastos extra ao sistema de saúde.

A avaliação de determinados parâmetros bioquímicos, é relevante para detetar e monitorizar indivíduos com ou sem patologias diagnosticadas e prevenir complicações clínicas e económicas de patologias não tratadas.

A Farmácia Brito dispõe assim de vários serviços gratuitos, entre eles:

- _ Controlo de pressão arterial;
- _ Controlo de glicemia;
- _ Controlo de colesterolémia.

6.1 – AVALIAÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL

A farmácia é um local privilegiado no que concerne ao controlo da pressão arterial e o TF deve agir como promotor da saúde, aconselhando os utentes para as vantagens da prevenção de problemas como a hipertensão arterial.

A hipertensão arterial nem sempre apresenta sintomas, caracteriza-se por uma elevação anormal da pressão dentro das artérias, aumentando o risco de perturbações como acidente vascular cerebral, entre outras.

O TF deve ter em consideração, que uma única determinação da pressão arterial que apresenta valores elevados, não permite só por si concluir que está perante um caso de hipertensão, não devendo portanto alarmar o utente. É necessário ter em atenção que ao longo do dia a pressão arterial varia sob influência de certos fatores como o stress, idade, fadiga, o exercício físico, alimentação, entre outros.

Antes de dar iniciação a qualquer determinação da pressão arterial, devem ter-se em conta alguns cuidados, que podem influenciar o resultado, tais como:

- _ Deve repousar pelo menos 5 minutos antes da determinação;
- _ Não deve fumar e beber café na última meia hora, pois pode influenciar os valores;
- _ Deve estar bem sentado, relaxado e com o braço ao nível do coração;
- _ Não deve falar ou mover-se durante a determinação.

Após a determinação o TF deve explicar os resultados ao doente, tendo em consideração os valores de referência (Tabela 1) e registá-los no cartão de utente, caso seja necessário a medição deve ser repetida para consolidação dos resultados.

Segundo os resultados o doente deve ser encaminhado para o médico sempre que necessário e deve ser aconselhado com medidas não farmacológicas tais como a restrição de sal, redução do consumo de álcool, cafeína e tabaco, evitar situações de stress, adoção de hábitos alimentares saudáveis e a prática de exercício físico moderado.

CATEGORIA	TENSÃO ARTERIAL SISTÓLICA TAS mmHg		TENSÃO ARTERIAL DIASTÓLICA TAD mmHg
Normal	120 - 129	e	80 - 84
Normal alto	130 - 139	ou	85 - 89
Hipertensão Estádio 1	140 - 159	ou	90 - 99
Hipertensão Estádio 2	≥ 160	ou	≥ 100

Tabela 1: Classificação dos valores da pressão arterial (13)

6.2 - AVALIAÇÃO DA GLICEMIA

A Diabetes *mellitus* é uma doença com elevada incidência e prevalência na população, havendo cada vez mais a necessidade de serem realizados diagnósticos precoces.

A sintomatologia típica da Diabetes inclui poliúria (urinar em grande quantidade e muitas vezes), polidipsia (sede constante e intensa e sensação de boca seca), polifagia (fome constante e difícil de saciar), entre outras. Constitui uma das principais causas de cegueira adquirida do adulto e de insuficiência renal crónica, sendo um importante fator de risco cardiovascular e a principal causa não traumática de amputação dos membros inferiores.

A diabetes constitui uma situação que requer uma autovigilância contínua para ajuste terapêutico. Só com a manutenção de uma glicemia normal é possível atrasar o desenvolvimento das múltiplas complicações tardias da diabetes e melhorar a qualidade de vida dos doentes. A determinação da glicemia por punção capilar realizada pelo próprio diabético revolucionou a terapêutica da diabetes.

Existem aparelhos que permitem fazer o controlo da glicemia, a partir de punção capilar, fazendo a determinação fácil e rápida da concentração da glicose sanguínea. A punção capilar deve realizar-se com dispositivos próprios, e deve ser feita no bordo lateral da polpa do dedo, dado esta zona ter menos terminações nervosas, tornando-se a picada menos dolorosa.

Passos subjacentes à determinação da glicemia:

1. Colocar luvas de proteção descartáveis;
2. Desinfetar o dedo com álcool a 70°. Ter em atenção que se o álcool não evaporar totalmente pode influenciar os resultados;
3. Realizar a punção capilar (deve-se evitar o polegar e o indicador, preferindo a zona lateral da polpa de um dos outros dedos);
4. Aguardar pela formação da gota de sangue;
5. Aplicar a gota na tira;
6. Efetuar a leitura;
7. Registar os resultados no cartão do utente e na ficha;
8. Interpretar os resultados.

Após a determinação do valor de glicemia capilar, deve proceder-se à sua interpretação segundo os valores de referência (Tabela 2).

No final das medições, o TF deve aconselhar o doente sobre as melhores medidas não farmacológicas a adotar e incentivar para a adesão à terapêutica farmacológica instituída pelo médico. Deve portanto exercer um papel ativo, incentivando para adoção de hábitos de vida saudáveis, no que diz respeito a uma alimentação cuidada, realização de exercício físico, e a um controlo permanente dos valores da glicemia. Se surgir algum caso em que seja evidente a falta de controlo, deve conversar com o doente e encaminhá-lo para o seu médico.

Classificação	Glicemia em jejum (mg/dL)	Glicemia 2h após TTG-75g (mg/dL)
Normal	<110	<140
Hiperglicemia intermediária		
Glicemia de jejum alterada	110-125	
Tolerância à glicose diminuída		140-199
Diabetes mellitus	≥126	>200

Tabela 2: Classificação dos valores da glicemia (14)

6.3 AVALIAÇÃO DA COLESTEROLÉMIA

Níveis elevados de colesterol, nomeadamente associado às LDL (lipoproteínas de baixa densidade), são um fator de risco da doença cardiovascular, pelo que a sua determinação é fundamental como medida de controlo e identificação precoce de risco.

A determinação dos valores de colesterol é realizada recorrendo a uma pequena amostra de sangue capilar.

A determinação dos valores do colesterol pode ser feita a qualquer hora do dia, dado que a ingestão de alimentos apenas influencia ligeiramente os valores. É importantes esclarecer o doente que apenas uma determinação dos valores não pode ser considerada conclusiva e sempre que os valores forem superiores ao limite normal, deve aconselhar-se uma visita ao médico.

Também aqui o TF desempenha um papel fundamental, devendo aconselhar os utentes a adotarem estilos de vida mais saudáveis, através da realização de uma dieta adequada e da prática de exercício físico.

A monitorização dos valores do colesterol tendo em consideração os valores de referência (Tabela 3) é aspeto muito importante, em especial para os indivíduos de

risco, ou seja, que apresentem outros fatores associados tais como obesidade, diabetes, hipertensão, história familiar.

Durante este estágio fui motivada para a relevância da nossa intervenção enquanto futuros profissionais de saúde na promoção da saúde, e a importância de aconselhar o doente após a obtenção dos resultados, informando das medidas não farmacológicas possíveis e incentivando à adesão das medidas farmacológicas.

Colesterol Total	Abaixo de 190 mg/dL
Colesterol LDL	Abaixo de 115 mg/dL
Colesterol HDL	Acima de 40 mg/dL em homens Acima de 45 mg/dL em mulheres

Tabela 3: Classificação dos valores de colesterolemia (15)

7 - RECOLHA DE MEDICAMENTOS E EMBALAGENS

Em Portugal, a legislação específica sobre os Resíduos de Embalagens foi criada por transposição da diretiva 94/62 da CE obrigou a todas as empresas responsáveis pela colocação de produtos no mercado ao cumprimento de normas de gestão de resíduos de embalagens. Surgindo assim, os atuais *Decreto-Lei n° 366-A/97, de 20 de Dezembro* e *Portaria n° 29-B/98, de 15 de Janeiro* (16).

Para o cumprimento do Decreto-lei em vigor foi criada a Sociedade Gestora do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens e de Medicamentos fora de uso após consumo (SIGREM), sendo esta a criadora do projeto VALORMED.

A VALORMED, sem fins lucrativos, permite que os resíduos recolhidos tais como medicamentos fora de prazo ou já desnecessários ao doente, tenham como destino final a valorização energética através da incineração direta.

Atualmente é cada vez maior a preocupação com a proteção do meio ambiente e com o desperdício de recursos. A VALORMED contribui e torna possível, através do seu projeto e das medidas associadas:

- Contribui para a segurança do utente, reduzindo o risco de consumo de medicamentos fora de prazo (auto – medicação);
- Diminui os riscos de acidentes domésticos com as crianças;
- Evita riscos a nível da saúde pública, com a colocação de medicamentos no lixo doméstico;
- Contribui para a criação de um espírito de civismo, consciência ambiental e social.

Relativamente ao procedimento de recolha é muito simples, os utentes podem entregar os seus medicamentos em qualquer farmácia que disponha de um contentor para o acondicionamento dos mesmos. Após o mesmo estar completo, é selado, pesado, procedendo-se ao preenchimento do boletim (ANEXO I) existente na sua parte superior para recolha por um fornecedor.

Relativamente à informação contida no boletim:

- Nome da farmácia;
- Número farmácia;
- Peso do contentor (Kg);
- Rubrica do responsável pela selagem;

- Número de armazenista;
- Data de recolha;
- Rúbrica do responsável pela recolha;
- Observações.

É de facto um projeto de grande importância tendo em conta a situação ambiental atual e a realidade portuguesa de acidentes domésticos envolvendo crianças e medicamentos permitindo eliminar este tipo de resíduos com segurança, protegendo os simultaneamente o ambiente, os utentes e crianças.

É no entanto necessário que o TF enquanto profissional de saúde, possua um papel ativo informando os utentes e consciencializando-os para a adesão ao projeto.



Figura 9: Contentor da VALORMED

CONCLUSÃO

Esta última componente de Integração à Vida Profissional revelou-se mais uma vez, uma experiência enriquecedora para a minha formação profissional.

Neste estágio assim como nos anteriores, ficou demonstrado que o estudo teórico complementado com a aplicação prática é uma mais-valia para a formação profissional e social do aluno enquanto futuro profissional de saúde. O facto de ter a oportunidade de contactar com aquela que poderá ser a nossa futura realidade de trabalho, abre novos horizontes e impõe-nos uma nova postura na nossa aprendizagem.

No contexto sócio-económico atual, os profissionais de saúde são diariamente colocados à prova tornando este setor uma área cada vez mais competitiva. Exigindo-se assim cada vez eficiência e qualidade dos serviços prestados pelos profissionais.

Através deste estágio foi possível voltar a contactar com a área da farmácia comunitária, permitindo-me renovar conhecimentos e simultaneamente adquirir novos conhecimentos para a minha formação pessoal e profissional.

Sendo esta a última componente de Integração à Vida Profissional exige de nós enquanto alunos uma nova postura para nos tornarmos os mais autónomos possíveis, tendo no entanto o apoio dos elementos da equipa.

A integração numa equipa de profissionais e no seu circuito de atividades é sempre um pouco apreensiva, contudo a minha integração foi rápida podendo assim iniciar a realização de diversas atividades.

O estágio na área da farmácia comunitária tem sempre um grande contributo para o nosso crescimento social e humano, pondo-nos em contato direto com os doentes e as suas diversas, e por vezes complicadas realidades.

Ao longo desta componente tive a oportunidade de participar na realização das mais diversas atividades (receção e conferência de encomendas, armazenamento, dispensa de medicamentos/aconselhamento, realização da determinação de parâmetros bioquímicos, verificação de stocks, devoluções, preparação de montras e campanhas informativas) as quais se tornaram positivas e me permitiram consolidar os meus conhecimentos.

Apesar de esta componente ter como um dos principais objetivos desenvolver a nossa capacidade de autonomia e espírito de iniciativa, fui sempre acompanhada pelos profissionais da equipa e aconselhada pelos mesmos.

É sempre importante ter consciência que o aumento de confiança nos torna de certa forma menos cautelosos, tornando-se importante nunca desvalorizar a responsabilidade de realizarmos as nossas tarefas com o máximo de concentração.

Uma das grandes lições deste estágio foi o saber trabalhar em equipa e as relações interpessoais, as quais são sem dúvida a chave para uma equipa bem-sucedida. Devemos portanto levar este conselho para o nosso futuro profissional, pois contribuirá para que sejamos melhores profissionais.

Esta foi sem dúvida uma vivência pessoal muito proveitosa, que apenas veio reforçar a importância do papel do técnico de farmácia na farmácia comunitária e de todos os conhecimentos adquiridos ao longo dos quatro anos, os quais nos deverão acompanhar no nosso futuro profissional.

BIBLIOGRAFIA

(1) CAPÍTULO II - Exercício profissional, SUBCAPÍTULO I Profissões e conteúdo funcional; Profissões que integram a carreira Decreto-Lei 564/99 artigo 5º 1-alínea f, DIÁRIO DA REPÚBLICA — I SÉRIE-A No — 21-12-1999;

(2) Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico da Guarda – Guia de elaboração e Apresentação de Trabalhos Escritos, Guarda, 2008

(3) Regime jurídico das farmácias de oficina, Decreto-Lei n.º 307/2007, artigo 28º de 31 de Agosto, acedido em 7 de Junho, em INFARMED: http://www.infarmed.pt/portal/page/portal/INFARMED/LEGISLACAO/LEGISLACAO_FARMACEUTICA_COMPILADA/TITULO_II/TITULO_II_CAPITULO_IV/22-A_DL_307_2007.pdf

(4) Regime jurídico das farmácias de oficina, Decreto-Lei n.º 307/2007 artigo 29º, de 31 de Agosto, acedido em 7 de Junho, em INFARMED: http://www.infarmed.pt/portal/page/portal/INFARMED/LEGISLACAO/LEGISLACAO_FARMACEUTICA_COMPILADA/TITULO_II/TITULO_II_CAPITULO_IV/22-A_DL_307_2007.pdf

(5) Regime jurídico das farmácias de oficina, Decreto-Lei n.º 307/2007 artigo 32º, de 31 de Agosto, acedido em 10 de Junho, em INFARMED: http://www.infarmed.pt/portal/page/portal/INFARMED/LEGISLACAO/LEGISLACAO_FARMACEUTICA_COMPILADA/TITULO_II/TITULO_II_CAPITULO_IV/22-A_DL_307_2007.pdf;

(6) Gestão comercial, A GESTÃO EM FARMÁCIA COMUNITÁRIA: METODOLOGIAS PARA OPTIMIZAR A RENTABILIDADE DA FARMÁCIA, Marta Carvalho, Lisboa 2013;

(7) Boas Práticas Farmacêuticas para a farmácia comunitária (BPF) 3ª Edição 2009, Conselho Nacional da Qualidade: http://www.ordemfarmaceuticos.pt/xFiles/scContentDeployer_pt/docs/Doc3082.pdf

(8) Estatuto do Medicamento, Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto, acedido em 7 de Junho, em INFARMED: http://www.infarmed.pt/portal/page/portal/INFARMED/LEGISLACAO/LEGISLACAO_FARMACEUTICA_COMPILADA/TITULO_III/TITULO_III_CAPITULO_I/035-E_DL_176_2006_VF.pdf;

(9) Estabelece os princípios e regras a que deve obedecer a dimensão das embalagens dos medicamentos suscetíveis de comparticipação pelo Estado no respetivo preço, Portaria n.º 1471/2004, de 21 de Dezembro, acedido em 10 de Junho, em INFARMED: http://www.infarmed.pt/portal/page/portal/INFARMED/LEGISLACAO/LEGISLACAO_FARMACEUTICA_COMPILADA/TITULO_IV/portaria_1471_2004.pdf;

(10) Direito de opção do utente, Circular Informativa N.º 141/CD/2012, acedido em 24 de Junho, em INFARMED: <http://www.infarmed.pt/portal/pls/portal/docs/1/7652271.PDF>;

(11) Regras de prescrição e dispensa de medicamentos - Disposições transitórias, Circular Informativa Conjunta N.º 01, acedida em 2 de Junho, em INFARMED: http://www.infarmed.pt/portal/page/portal/INFARMED/MAIS_NOVIDADES/DETALHE_NOVIDADE?itemid=6431438;

(12) Correia, Luís Fernando, “Quase metade dos medicamentos é usada irracionalmente em todo o mundo”, acedido em 8 de Junho, em globo.com: <http://g1.globo.com/Noticias/Ciencia/0,,MUL1264027-5603,00-QUASE+METADE+DOS+MEDICAMENTOS+E+USADA+IRRACIONALMENTE+EM+TODO+O+MUNDO.html>;

(13) Circular Normativa: Diagnóstico, Tratamento e Controlo da Hipertensão Arterial Nº: 2/DGCGDATA: 31/03/04, Dir;

(14) CADERNOS DE ATENÇÃO BÁSICA - DIABETES MELLITUS, Ministério da Saúde: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diabetes_mellitus.PDF

(15) Contole o seu colesterol – Sociedade Portuguesa de Cardiologia: http://www.spc.pt/DL/Publico/Folheto_Colesterol_1.pdf;

(16) MINISTÉRIO DO AMBIENTE, Decreto-Lei nº 366-A/97 de 20 de Dezembro, acedido em 22 de Junho, em DIÁRIO DA REPÚBLICA — I SÉRIE-A: <http://netresiduos.com/resources/docs/legislacao/embresembalagens/dl366a.97de20dez.pdf>.

B

RELIST

18/06/2013 13:55 Pag: 1

ENCOMENDA - 6044

A- 06 -A. SOUSA E CA

EM-18/06/13-13h55m

DE-FARMACIA BRITO

	Quant.	Cod.Pr.	Nome - Forma de Apresentação	Valor
1-	2	516406.6	AERO OM - CÁPS 125 MG X 20	4,65
2-	1	544678.6	ALPRAZOLAM MYLN G - COMP LM 2 MG X'Q'	7,69
3-	1	557799.4	ALPRAZOLAM PRAZAM - COMP 1 MG X 60'Q'	1,81
4-	2	658916.8	ARNIDOL - STICK 15 ML	4,96
5-	2	580918.1	AULIN - COMP 100 MG X 20	3,77
6-	3	972950.9	CARTIA - COMP GR 100 MG X 28	2,64
7-	2	1044	CHA HUNOS - TISANA N° 5	1,37
8-	1	958962.2	CHOLIATRON - COMP 40 MG X 60	11,94
9-	1	678087.4	COREGA ULTRA - PO FIX PROTESE 50 G	5,46
10-	2	253088.9	COZAAR PLUS - COMP REV 50+12,5 X 28	7,22
11-	1	861430.5	DALACIN T - SOL TOP 10 MG/ML 30 ML	3,77
12-	3	990453.2	DIMICINA - COMP X 20	2,85
13-	1	601545.3	HIDROCIL PENSOLAC - COLIRIO 0,5% 10 M	4,41
14-	2	542118.5	KEPLAT - EMPLASTRO 20 MG	11,94
15-	2	811370.4	LASIX - INJ 20 MG/2 ML X 5	1,47
16-	1	506818.4	LISINOPRIL TOLF G - COMP 20 MG X 60	4,27
17-	3	518606.9	METFORMINA MYLN G - COMP REV 500 MG X	1,36
18-	1	284028.8	MICARDIS - COMP 40 MG X 28	13,45
19-	1	601002.5	NIVEA BODY MILK - LEITE GDE 250 ML N3	3,45
20-	1	678026.2	PERIO KIN - COLUT 250 ML	4,72
21-	2	517006.3	QLAIRA - COMP REV X 28	9,74
22-	1	385659.8	SUP GLICERINA ADU - SUP 1,97 G X 12	3,02
23-	1	822111.9	SYNACTHEN DEPOSIT - INJ 1 MG 1 ML	2,36
24-	1	227489.2	TEDOL - CR 2% 30 G	3,20
25-	1	789409.7	TENSOVAL DUO CONT - TENSIOMETRO BRACO	68,59
26-	2	664349.4	URGO MULTI EXTENS - BANDA ME 1M X 6 C	2,29
27-	2	252739.8	URO VAXOM - CAPS 6 MG X 30	17,33
28-	5	962271.2	VENEX FORTE - COMP REV 450 MG X 60	15,00
29-	3	573079.1	VENOSMIL - GEL 20 MG/G 100 G	4,12
30-	2	734677.5	VITACRECIL COMPLE - CAPS X 60	12,60

CUSTO TOTAL S/ IVA -----> 400,73

C



Sede Social:

Rua do Barreiro, 235 • 4470-573 Maia

Tlf: 229 409 400 / Fax: 229 409 490 / Email: ocp.portugal@ocp.pt

OCP PORTUGAL PRODUTOS FARMACÉUTICOS S.A • Capital Social 35.786.055 Euros

Contribuinte Nº 500 364 877 • Matr. Cons. Reg. Com. Maia sob o Nº 36,376



Página 1 / 1

Armazém : BRAGA
 AV. IMACULADA CONCEIÇÃO, 717-725
 4700-034 BRAGA
 V/Encomenda : 6107
 Telefone : 253208400 Fax : 253208499
 Aviamento : B.GUI1306200493
 Volta : V-BRG024 BRAGA
 Local Carga : N/ Armazém
 Data : 2013/06/20

Duplicado FACTURA B.FAC13081865
 FARMACIA PEREIRA GOMES UNIPESSOAL, LDA
 FARMACIA
 99756 - BRITO
 AV. DA LIBERDADE, 777
 BRAGA
 4710-251 BRAGA

Contribuinte Nº : 507957180
 Dir. Téc. : DRA. ANA GABRIELA FERNANDES PEREIRA GOMES

Código	Designação	Qt. Pedida	Qt. Aviada	P.V.P. Esc	P.V.F.	Total Linha	TxC	IVA	Sit.	P / E	Cx
2584282	ALPRAZOLAM MYLAN 0,5 MG COMP. X60 MC	2		3,53 A	2,67	5,34	.01	6	K		1
5550587	BRUFEN 400 MG COMP.REV P X20	1		3,56 A	2,69	2,69	.01	6			1
4702288	DILBLOC 25 MG COMP. X56	1		13,99 C	10,66	10,66	.05	6			1
16967	ELUGEL GEL DENTARIO CLORHEXIDINA 40%	1		0,00	3,65	3,65		23 X			1
9310136	LAEVOLAC 666,7 MG/ML 200 ML XAR. X 1	1		0,00	4,40	4,40		6 X			1
4004289	MICARDIS PLUS 80 MG 12,5 MG COMP. X28	2	0	22,69	17,13	0,00		6 E			
7340034	MILTINA ELECTROLIT 500ML.	1		0,00	4,09	4,09		6 X			1
9728220	SEDOXIL 1 MG COMP. X60	2		14,74 D	11,24	22,48	.06	6			1
5109186	TIORFAN INFANTIL 30 MG GRAN.S.ORAL X2C	2		6,10 A	4,60	9,20	.02	6			1
8912410	ULTRA LEVURE 250 CAP. X 20	2		8,01 B	6,05	12,10	.03	6			1
5226832	XALATAN 0,05 MG/ML 2,5 ML COLIRIO X1	2		12,25 C	9,32	18,64	.05	6			2
5163472	ZOMARIST 1000 MG 50 MG COMP.REV P X60	3		54,32 E	42,91	128,73	.20	6			1

Valor Sujeito IVA	IVA	Valor IVA	A:	17.16	Sem Desconto :	12.14
218.33	6.00 %	13.10	B:	12.04	Valor Mercadoria :	221.98
3.65	23.00 %	0.84	C:	29.15	Desconto:	0.00
			D:	22.36	Imposto :	13.94
			E:	128.13	Arredondamento :	0.00
					Total :	235.92
					Total Embalagens :	18

Situação : D -> Diferença Preço E -> Esgotado F -> Falta N -> Não Comercializado Q -> Qtd.Limitada R -> Retirado X -> Net

Salvo reclamação no prazo de 5 dias, consideramos confirmado o valor da factura.

Movimento de banheiras no mês actual	
Recebidas na OCP :	263
Enviadas p/ o Cliente :	307
Saldo :	44

Esc.Com. A:PVA<5,01 B:5,00<PVA<7,01 C:7,00<PVA<10,01 D:10,00<PVA<20,01 E:20,00<PVA<50,01 F:PVA>50,00

D

MedicaNorte - Medicamentos do Norte, Lda

Rua do Aldão, n.º 174 V.F. S. Martinho- 4750-810 Barcelos
Telef.:Arm:253808750 Fax:253808759
Contribuinte n.º:501758763 Capital Social:1.000.000,00€
Conservatória do Registo Comercial Barcelos N.º 501758763
Email:medicanortebcl@gmail.com

Factura N.º: AA/77574 (Faltas) 20-Jun-2013
FARMACIA PEREIRA GOMES, UNIPessoal, LDA
AV. DA LIBERDADE, 777

N.º Cliente.....: 211282
N.º Contribuinte: 507957180

4710-251 BRAGA

FOLHA: 1 / 1

Código	Designação	Q.P.	Motivo
5805486	ACECLOFENAC ALTER 100 MG 60 COMP	1	Presentemente em Falta
5245014	AERIUS ORODIS. 2.5 MG 30 COMP.	1	Presentemente em Falta
7731356	AGUA OXIGENADA 20V 500 ml .	2	Presentemente em Falta
9324629	ALIPZA 2 MG 28 COMP. REVEST. POR PEL.	1	Presentemente em Falta
3481197	ALPRAZOLAM GENERIS 1 MG 60COMP. LIB MOD	1	Presentemente em Falta
3071402	ANASTROZOL TEVA 1 MG 28 COMP. REVEST. POR PEL	2	Presentemente em Falta
5701099	BACTRIM FORTE 800/160 MG X 15 COMP	2	Presentemente em Falta
5037122	EBASTINA GENERIS 20 MG 20 COMP	1	Presentemente em Falta
3746385	EUTIROX 150 MICROGRAMAS 60 COMP.	1	Presentemente em Falta
9647800	FLOTIRAN CREME 30 GRAMAS	1	Presentemente em Falta
7448233	FORTEKOR PALATAVEL 20-80KG 14 COMP.	1	Presentemente em Falta
5730283	GUM TRAV LER ESC 1514 I P E FIN CON PT 1,3MM	1	Presentemente em Falta
7309344	LECITONE JOVENS NATIRIS	1	Presentemente em Falta
4003786	MICARDIS PLUS 40/12,5 MG 28 COMP	1	Presentemente em Falta
5163121	SALVELOX PENSOS PARA CALOS	3	Presentemente em Falta
6880773	URIAGE BARIE CREME MINERAL 50 + CRIANÇA 100 M	1	Presentemente em Falta
6800706	URIAGE ISOVALE RICHE 50 ML	1	Presentemente em Falta
4804480	XUNADOL 1G 40 CART EFERV	1	Presentemente em Falta



Sede Social:
Rua do Barreiro, 235 • 4470-573 Maia
Tlf: 229 409 400 / Fax: 229 409 490 / Email: ocp.portugal@ocp.pt
OCP PORTUGAL PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A. • Capital Social 35.786.055 Euros
Contribuinte N.º 500 364 877 • Matr. Cons. Reg. Com. Maia sob o N.º 56,176



REQUISICÃO DE SUBSTÂNCIAS E SUAS PREPARAÇÕES COMPREENDIDAS NAS TABELAS I, II, III E IV, COM EXCEÇÃO DA II-A, ANEXAS AO DECRETO-LEI N.º 15/93, DE 22 DE JANEIRO, COM RECTIFICAÇÃO DE 20 DE FEVEREIRO

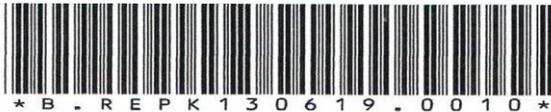
Página 1 / 1

Original
Requisição N.º: KB.REPK130619.0010
Factura N.º: B.FAC13080782

(Nos termos do art. 18º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de Outubro.)

Requisita-se a OCP PORTUGAL PRODUTOS FARMACEUTICOS, SA estabelecimento BRAGA

Código	Designação	Quant. Pedida	Quant. Aviada
8275420	LORENIN 2.5MG COMP. X30	10	10
9298273	LORSEDAL 2.5 MG COMP. X60	2	2



Entidade Requisitante

(carimbo)

Director Técnico ou Farmaceutico Responsável

FARMACIA PEREIRA GOMES UNIPESSOAL, LDA
FARMACIA
99756 BRITO
AV. DA LIBERDADE, 777
BRAGA
4710-251 BRAGA

N.º de insc. na O. F.:
Data: 2013/06/19
Assinatura (Legível):

Entidade Fornecedora

Director Técnico

OCP PORTUGAL PRODUTOS FARMACEUTICOS, SA
Estabelecimento: BRAGA
AV. IMACULADA CONCEIÇÃO, 717-725
BRAGA
4700-034 BRAGA
Telefone: 253208400 Fax: 253208499

GUSTAVO JOSE LIMA ROSA DOS SANTOS VIDAL
N.º de insc. na O.F.: P-2519
Data: 2013/06/19

F

DVLISTRC

25/06/2013 09:36

Pag: 1



FARMACIA BRITO
Cód farm :169
AV. DA LIBERDADE, N°777
BRAGA 4710-251 BRAGA
Contribuinte N° 507957180

Nota Devolução N.2497 Para : A. SOUSA E CA
rua carlos magalhães n° 25,27
braga 4700-001
Contribuinte N° 500304670

Produto	Qde	Pr.Venda	P.Custo	Iv	Motivo	Origem
5310883 RISPERIDON TOLF G - COMP REV 3 MG X 2	2	16,98	13,00	6%	Outros	

Referente ao vale n° 00079

Carga : Morada do Remetente
Descarga: Morada do Destinatário

Início do Transporte em 25/6/13

[Processado por computador]
ESTAMOS DE SERVIÇO
DIA 4, 16, 28 DE JANEIRO 2004

G



GOVERNO DE PORTUGAL

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Receita Médica Nº



1021511274770496513

1ª VIA

Utente:			RN
		189887342	
Telefone:	R.C.:		
Entidade Responsável: SNS			
Nº de Beneficiário:			
	Especialidade: MEDICINA GERAL E FAMILIAR	CS BRAGA I - USF CARANDA	
M39522	Telefone: 253600590		*U030371*
R_x DCI / Nome, dosagem, forma farmacéutica, embalagem, posologia	Nº	Extenso	Identificação Ótica
<input checked="" type="checkbox"/> Rosuvastatina, Crestor 10 mg, 10 mg, Comprimido revestido por película, Blister - 60 unidade(s)	1	Uma	
<i>Posologia:</i>			
Validade: 6 meses		Pretendo exercer o direito de opção	
Data: 2013-06-18		<input type="checkbox"/> Sim	
(assinatura do Prescritor)		<input type="checkbox"/> Não	(assinatura do Utente)

Processado por computador - Sistema de Apoio ao Médico - SPMS, EPE.



VALORMED

FICHA DE CONTENTOR

(Cópia Farmácia)

Ficha

886177

Farmácia (nome):

Farmácia n.º

Peso do contentor (Kg)

Rúbrica do responsável pela selagem

Armazenista n.º

Data de recolha

Rúbrica do responsável pela recolha

____/____/20____

Observações:

H